

A emergência Indígena na Contemporaneidade: um relato de experiência na docência em Publicidade e Propaganda

The Indigenous Emergence in Contemporaneity: An Experience Report in Advertising Teaching

Soraya Maria Bernardino Barreto Januario ¹

RESUMO: O presente artigo objetiva compartilhar e analisar a experiência docente da autora, centrando-se na discussão da emergência indígena contemporânea nas aulas do curso de graduação em Publicidade e Propaganda. Utilizando uma narrativa pessoal, como uma mulher remanescente Fulni-ô, que se entrelaça com a sua prática pedagógica, empregando a oralidade e a contação de histórias como métodos de ensino alinhados à tradição indígena. Nesse sentido, emprega-se também a produção de fanzines como uma ferramenta para explorar a cultura e a identidade indígena, fomentando o diálogo e a desconstrução de estereótipos na formação de comunicadoras/es, especialmente publicitárias/os. O trabalho se insere na historiografia do tempo presente ao analisar um fenômeno social em curso, seja no âmbito pessoal, seja na crescente - mesmo que lenta - visibilidade e protagonismo dos povos indígenas na sociedade contemporânea, bem como seu papel na urbanidade. O relato da experiência docente busca estimular a reflexão sobre a representação e a presença dos povos originários na mídia e a importância de narrativas plurais, contribuindo para uma compreensão mais complexa e atualizada da história indígena no Brasil. Como resultados, além de um debate sobre raça e etnia no escopo publicitário, a atividade oportunizou a confecção de 8 fanzines, apresentados sob a perspectiva da contação de histórias. E demonstra como uma abordagem pedagógica ativa pode contribuir para a conscientização, desconstrução de estereótipos, reconhecimento e visibilidade da presença indígena nos espaços urbanos.

PALAVRAS CHAVE: História do tempo presente; Emergência Indígena; Fulni-ô; Publicidade; Oralidade

ABSTRACT: This article aims to share and analyze the author's teaching experience, focusing on the discussion of contemporary indigenous emergence within undergraduate Advertising and Publicity courses. Employing a personal narrative as a Fulni-ô remnant

¹Pós-doutorado na McGill University, Institute of Gender, Sexuality and Feminisms (IGSF), Montreal, Canadá. Doutora em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Publicitária e professora do Departamento de Comunicação da UFPE. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFPE- PPGDH/UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM/UFPE. E-mail: soraya.barreto@ufpe.br



woman, which is interwoven with her pedagogical practice, the study utilizes orality and storytelling as teaching methodologies aligned with indigenous tradition. In this context, the production of fanzines is also employed as a tool to explore indigenous culture and identity, fostering dialogue and the deconstruction of stereotypes in the training of communicators, particularly advertising professionals. This work is situated within the historiography of the present time by analyzing an ongoing social phenomenon, both in the personal sphere and in the increasing – albeit slow – visibility and protagonism of indigenous peoples in contemporary society, as well as their role in urban settings. The account of the teaching experience seeks to stimulate reflection on the representation and presence of indigenous peoples in the media and the importance of plural narratives, contributing to a more complex and updated understanding of indigenous history in Brazil. As results, beyond a debate on race and ethnicity within the advertising scope, the activity facilitated the creation of 8 fanzines, presented from a storytelling perspective. Furthermore, it demonstrates how an active pedagogical approach can contribute to awareness, the deconstruction of stereotypes, recognition, and the visibility of indigenous presence in urban spaces.

KEYWORDS: History of the Present Time; Indigenous Emergence; Fulni-ô; Advertising, Orality

INTRODUÇÃO

Uma narrativa se constrói a partir de histórias e da possibilidade de compartilhá-las com outras pessoas. Como mulher remanescente Fulni-ô², assumo a primeira pessoa neste trabalho, seguindo a tradição indígena da oralidade e do ato de contar histórias como fonte essencial de aproximação e transmissão de saberes (Krenak, 2019). Minha trajetória tem sido marcada por um intenso e afetivo processo de retomada e redescoberta das minhas origens, atravessado por uma dualidade: de um lado, a conexão com minhas raízes ancestrais, sustentada pelos afetos familiares e pela oralidade; de outro, minha identidade urbana, moldada por minha atuação como docente e ativista dos direitos humanos.

Desde cedo, reconheci minha ascendência indígena, mas sem um entendimento profundo do pertencimento cultural e social que essa identidade carrega. Cresci sabendo de minhas origens, mas a compreensão prática desse vínculo se deu na alteridade — nas interações com amigos da escola, da adolescência e na convivência com colegas. Foi nesses espaços que me percebi, frequentemente, em um “não lugar”, sentindo um estranhamento

² Povo indígena proveniente do Nordeste do Brasil, com território no município de Águas Belas, no sertão de Pernambuco.

em relação às diferentes formas de organização familiar, às expressões de afeto e às dinâmicas socioculturais ao meu redor. Estranhamento esse que tenho compartilhado com minha irmã, por exemplo, seja sobre como se dão as demonstrações de afeto familiar e educação, especialmente no que tange traumas e ausências, sentidos por amigas. Fator que, gratamente, não experienciamos, pois há uma lógica de afeto e participação muito latente nas nossas relações familiares de ordem materna e paterna, porém, sabe-se que esses são apontamentos e sentimentos íntimos e pessoais e podem não refletir noutras famílias remanescentes Fulni-ôs e outras etnias. Já na perspectiva de gênero, no qual o homem indígena costuma participar de uma ética do cuidado (Gilligan, 2013), eu tive a felicidade de ter um pai extremamente presente e participativo em diversas nuances do cuidado, mesmo que esse não tenha sido o exemplo que ele recebeu do meu avô, um homem não indígena. Essa relação foi fortemente construída com ele pelo meu Tio-avô Barreto, a quem meu pai considera como uma figura paterna.

Outro aspecto mais claramente imputado às comunidades originárias, seria o sentido de comunidade na criação e responsabilidades das crianças da comunidade/família, como fomenta o provérbio africano “é preciso uma aldeia para educar uma criança”. Presenciei isso acontecer com as primas da minha mãe, por exemplo, educadas pela minha avó e tios-avós. A organização familiar e de parentesco em muitas comunidades indígenas possuem uma estrutura coletiva, comunitária e extensa (Cunha, 2018), em que o cuidado das crianças e dos idosos, por exemplo, não se restringe aos pais ou filhos biológicos, mas é compartilhado pela comunidade. O afeto não está baseado apenas em relações biológicas, mas na convivência, no respeito aos mais velhos e na colaboração comunitária. Crianças indígenas geralmente crescem com maior autonomia, pois desde cedo participam da vida cotidiana da comunidade e aprendem suas responsabilidades sem imposições rígidas, o sentido de liberdade é especialmente valorizado. O inequívoco respeito e centralidade aos anciãos e pessoas mais velhas da família, como sinônimo de sabedoria e sapiência. A velhice é respeitada e valorizada, com os mais velhos tendo um papel central na transmissão do conhecimento e das tradições. Diferente do que ocorre na sociedade ocidental, onde há um distanciamento ou até exclusão dos idosos do convívio familiar (Cunha, 2018).

Ao longo da vida, identificava-me como “descendente” indígena, embora essa identidade fosse atravessada por lacunas e incertezas. Minha família materna, fenotipicamente lida como parda, reconhecia sua ascendência indígena, mas sem um vínculo



direto ou conhecimento preciso sobre a comunidade originária. Já minha família paterna tem ascendência indígena Fulni-ô, vínculo que, ao longo do tempo, pude comprovar por meio de um processo de pesquisa e retomada, junta a comunidade e o conselho dos anciãos. Ainda assim, durante muito tempo, fui reconhecida socialmente como parda, e, apesar do estranhamento, acostumei-me a me declarar assim. No entanto, desde a infância, percebia como meu corpo e o de minha família eram lidos pelo olhar externo: termos como “índiazinha”, “raoni” e “curumim” foram frequentemente utilizados para me nomear.

Compreender que esse apagamento identitário esteve profundamente enraizado no medo e no preconceito social contra a etnia e cultura indígena nas cidades, foi um processo doloroso. A negação da língua³ ancestral, a impossibilidade de cultuar crenças tradicionais e a necessidade de “parecer” branco como forma de proteção e camuflagem são efeitos diretos da violência colonialista e simbólica (Bourdieu, 2005). Ainda que, no âmbito íntimo e familiar, o orgulho das origens persistisse, socialmente essa identidade foi silenciada. Sobre essa dimensão do apagamento, Eva Potiguara (2024, p. 131) ratifica: “Ser nativo, se declarar ‘índio’, era uma prévia condenação à morte ou à escravidão, tendo em vista que os povos originários foram os primeiros a serem escravizados a serviço da Coroa portuguesa.” Essa forma de dominação, sustentada por artifícios discursivos e mecanismos sociais sutis, impôs um modo hegemônico de ver e agir, operando na negação das identidades indígenas e na marginalização de seus descendentes e remanescentes. A construção histórica forjada no período colonial foi eficaz ao instaurar múltiplas formas de violência. Sobre esse processo, Edson Silva (2003, p. 41) relembra que:

Com o Diretório de Pombal, proibiu-se aos indígenas seus próprios nomes, determinando usarem nomes e sobrenomes de famílias de Portugal, para se evitar que “na mesma povoação existissem muitas pessoas com o mesmo nome”. Tornou-se obrigatório o uso unicamente da língua portuguesa, determinava-se aos diretores persuadir aos índios construir suas casas “a imitação dos brancos, fazendo nelas diversos repartimentos”, para evitar os supostos vícios da “promiscuidade”, segundo a moral cristã da época.

³ O povo Fulni-ô é o único a manter o uso de sua língua materna, o Yathê (ou Iathê). Diferente de muitas outras etnias nordestinas que sofreram processos intensos de apagamento linguístico e cultural devido à colonização e às políticas de assimilação forçada, os Fulni-ô conseguiram preservar sua língua por meio da oralidade e da transmissão intergeracional. Além disso, anualmente, realizam o Ritual do Ouricuri, um período de reclusão sagrada em que fortalecem suas práticas culturais, espirituais e o uso do Yathê.



Cabe lembrar também que o processo histórico de formação do povo brasileiro foi marcado por um discurso ardilosamente construído em torno da “miscigenação”, termo que, longe de representar uma harmonia racial, funcionou como eufemismo para mascarar a violência estrutural do racismo e do colonialismo no Brasil (Carneiro, 2023). A miscigenação esteve diretamente associada à violência sexual sistemática contra mulheres negras e indígenas (Munanga, 2019), impulsionada por uma política de embranquecimento da população, pelo extermínio de povos inteiros e pela destruição de suas tradições orais. Esse processo resultou na ruptura dos laços históricos, familiares e culturais de muitas pessoas e grupos descendentes de indígenas com suas comunidades ancestrais (Potiguara, 2024), no qual incluo minha família.

Diante desse cenário, é fundamental questionar: como se identificam aquelas pessoas descendentes de indígenas que nasceram e cresceram em um contexto urbano? Ser filha, neta ou bisneta de indígena não garante, por si só, o reconhecimento como tal. Todavia, muitas dessas pessoas, como eu, carregam em seus corpos os traços fenotípicos de suas ancestrais (Potiguara, 2024) e, ainda assim, não são reconhecidas por seus povos ou pela branquitude. Esse apagamento reflete diretamente em suas trajetórias de vida, incluindo a condição socioeconômica. A migração das aldeias para os centros urbanos frequentemente resulta no empobrecimento dessas populações (Dornelles, 2018), afetando suas oportunidades educacionais e profissionais. No meu caso, por exemplo, fui a primeira pessoa da família a obter um diploma no ensino superior, assim como a primeira a alcançar os títulos de mestre e doutora. Nesse sentido, eu e minha irmã vivemos essa realidade ao iniciar no mercado informal de trabalho aos 13 anos de idade, tendo sido uma realidade semelhante à minha avó, minha mãe, pai, tios e tias. Cabe ressaltar que esse “não lugar” se assevera em outros debates quando, por exemplo, minha irmã fenotípicamente se difere dos marcadores indígenas socialmente lidos, sendo compreendida como uma mulher branca. Mesmo sendo advinda da mesma realidade social, como é óbvio.

Além das barreiras materiais, enfrentamos uma intensa crise de identidade, um sentimento de “não lugar”. A perda parcial ou total dos vínculos ancestrais frequentemente nos leva a nos declarar “pardas(os)”, como consta na minha certidão de nascimento, por não conseguirmos nos reconhecer imediatamente como indígenas. Esse dilema evidencia um tensionamento entre identidade e pertencimento. A categoria “descendentes indígenas” remete a uma linhagem biológica ou genealógica de origem indígena, mas nem sempre está



acompanhada de um reconhecimento político e social de pertencimento étnico (Dornelles, 2018). Assim, embora a ascendência indígena esteja presente, a conexão com as práticas culturais, os territórios e a autodeclaração pode ser frágil ou inexistente. Voltaremos a este debate à frente.

Dessa forma, ao me forjar comunicadora e publicitária, os atravessamentos interseccionais (Collins; Bilge, 2021) que me constituem – enquanto mulher, nordestina e remanescente indígena – orientaram minha trajetória acadêmica e profissional para um fazer pautado em práticas humanísticas, fundamentado nos princípios dos direitos humanos. Essa perspectiva se alinha ao entendimento de que a comunicação não é um campo neutro, mas, sim, atravessado por disputas simbólicas e relações de poder, como aponta Stuart Hall (2016) e Muniz Sodré (1999). A interseccionalidade, conceito formulado por Crenshaw (2012), permite compreender como múltiplos marcadores sociais – como gênero, raça, etnia e classe – interagem de forma simultânea, moldando experiências e oportunidades (Collins; Bilge, 2021). No campo da comunicação, essa abordagem crítica tem sido essencial para desnaturalizar discursos hegemônicos e promover narrativas que contemplem a diversidade identitária (Barreto Januário, 2022).

É nessa perspectiva que percebo que o processo de “fazer-me docente” é indissociável de minhas subjetividades e percursos. A docência, longe de ser uma prática meramente técnica ou instrumental, está profundamente vinculada a uma identidade em constante (re)construção. Paulo Freire (2014) argumenta que ensinar exige uma postura ética e política, comprometida com a emancipação dos sujeitos e sujeitas. Nesse sentido, minha atuação acadêmica se inscreve em uma pedagogia decolonial, que busca não apenas ensinar comunicação, mas também questionar os paradigmas eurocêntricos que historicamente marginalizaram epistemologias indígenas e outras formas de saber (Quijano, 2005; Põcuhtõ, 2017).

Com efeito, o presente trabalho trata de um relato de experiência que reflete um processo de resgate pessoal e coletivo de identidades indígenas urbanas. Esse resgate não se dá de maneira isolada, mas em diálogo com outras vozes e experiências, visando contribuir para a visibilidade dessas identidades no âmbito do ensino da comunicação, especificamente na comunicação publicitária. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo principal analisar e compartilhar uma experiência pedagógica com o uso de metodologias ativas e construção



coletiva, no ensino superior de Publicidade e Propaganda, centrada na discussão da emergência indígena contemporânea. Visando relatar e refletir sobre a aplicação de metodologias de ensino alinhadas com a tradição indígena, nomeadamente a oralidade e a contação de histórias, em um contexto acadêmico não indígena. Bem como, a aplicação do uso da mídia táctica no fazer publicitário.

Dessa forma, como questão norteadora da pesquisa me pergunto: De que maneira a implementação de uma abordagem pedagógica que integra a experiência e a perspectiva indígena, utilizando a oralidade, a contação de histórias e a produção de mídia táctica, pode influenciar a percepção e a capacidade dos estudantes de Publicidade e Propaganda em representar os povos indígenas de forma mais autêntica e desconstruir estereótipos em seu futuro exercício profissional? Como hipótese acredito que a utilização de metodologias ativas de ensino que valorizam a perspectiva indígena, aliada à explanação da cultura e identidade indígena através de ferramentas como a produção de mídias tácticas, pode contribuir significativamente para a desconstrução de estereótipos e para uma representação mais autêntica dos povos indígenas na formação de futuros publicitários e comunicadores. Podendo essa abordagem pedagógica desenvolver a conscientização e a sensibilidade do corpo discente em relação à temática indígena, impactando positivamente suas futuras práticas profissionais.

A publicidade, enquanto campo que opera diretamente na construção de representações sociais, tem sido historicamente marcada por apagamentos e pela estereotipização de povos indígenas (Freitas; Fumagalli, 2018). Nesse contexto, torna-se fundamental problematizar a produção simbólica da publicidade e tensionar suas narrativas para incluir perspectivas indígenas de maneira ética e representativa, especialmente na construção da história do tempo presente (Ferreira, 2002). Ao trazer essa reflexão para o espaço acadêmico, busco construir caminhos para uma comunicação mais plural e inclusiva, que valorize saberes historicamente subalternizados e contribua para a construção de uma sociedade mais democrática e diversa.

2 SE RECONHECER INDÍGENA: UM PROCESSO EM EMERGÊNCIA



A História do Tempo Presente, conforme discutida por Marieta Ferreira (2002), representa um campo historiográfico que busca compreender os processos históricos em curso. Esse enfoque permite problematizar não apenas os acontecimentos em si, mas também as disputas em torno da memória, da identidade e do reconhecimento social. Sobre isso Ferreira (2002, p. 314) argumenta que:

A historiografia da Antiguidade clássica, como é sabido, recorreu aos testemunhos diretos na construção de seus relatos. Esse tipo de fonte foi desqualificado na segunda metade do século XIX, mas foi restaurado no século XX por historiadores que defendiam a validade do estudo do tempo presente. No entanto, a incorporação à disciplina histórica do estudo da história recente e do uso de fontes orais produzidas através da metodologia da história oral não é ponto pacífico: muitas vezes é vista com suspeição e avaliada de forma negativa

Importa contextualizar que no caso dos remanescentes indígenas, a História do Tempo Presente e da História oral torna-se um instrumento fundamental para evidenciar as continuidades e rupturas da experiência indígena no Brasil, desafiando discursos que negam a existência e a resistência desses povos. Conforme argumenta o historiador Pierre Nora (1993), a memória e a história se entrelaçam na construção de identidades coletivas, sendo os “lugares de memória” essenciais para a afirmação de sujeitos historicamente marginalizados. Cabe ressaltar que o conceito refere-se a espaços, símbolos, objetos ou práticas que representam e preservam a memória coletiva de um grupo, uma nação ou uma sociedade. Segundo Nora (1993), esses lugares emergem quando a memória viva se enfraquece e há uma necessidade de fixação do passado por meio de marcos simbólicos.

Sobre isso cabe exemplificar usando o caso do povo Fulni-ô, o aldeamento em si, no território de Águas Belas (PE), funciona como principal espaço de referência dos Fulni-ôs, onde a comunidade mantém sua organização social e cultural. Mesmo com processos históricos de migração para centros urbanos, a aldeia segue como um ponto de retorno e pertencimento. A já citada a língua materna, o Yathê, especialmente diante o reconhecimento como o único povo indígena do Nordeste que preserva e pratica seu idioma, como um importante lugar de memória imaterial, que carrega a história oral, os rituais e os conhecimentos ancestrais do povo. Como é exemplo o ritual sagrado do Ouricuri, realizado anualmente.

Para além disso, os artesanatos, como cocares, colares, maracás e cestarias, que não são apenas produtos comerciais, mas carregam significados históricos e espirituais. E



funcionam como objetos suportes da memória e símbolos da identidade do povo. Por fim, as narrativas orais e histórias ancestrais, especialmente protagonizadas pelos anciãos que são fundamentais na transmissão das histórias e mitos que preservam a ancestralidade e reforçam a identidade do povo. A memória oral funciona como um mecanismo de resistência e continuidade e conta a história do tempo presente.

A partir dessa perspectiva histórica, é importante destacar que as comunidades indígenas do Nordeste seguem preservando, por meio da tradição oral, a memória das invasões sistemáticas de seus territórios e da decretação oficial da extinção de seus aldeamentos. Silva (2000) observa que, diante desse contexto, algumas poucas famílias buscaram refúgio em terras de outros aldeamentos, também declarados extintos a posteriori, enquanto muitas passaram a compor o vasto contingente de trabalhadores dispersos nas regiões próximas. Essas populações foram incorporadas à mão de obra das fazendas, atuando como moradores ou agregados sem posse de terra, ou ainda como trabalhadores sazonais no cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata. Outras, sem terra e sem moradia, migraram para as cidades em busca de oportunidades, ocupando as periferias dos centros urbanos. Essa trajetória migratória se alinha diretamente com a história da minha família, que, como tantas outras, vivenciou esse deslocamento forçado e suas consequências socioeconômicas e identitárias.

Importa explicar que as pessoas que se entendem “remanescentes indígenas” são aquelas que, mesmo diante da intensa interação e miscigenação com a sociedade envolvente, reivindicam e fortalecem sua identidade étnica, reconstruindo e ressignificando suas práticas culturais e memórias coletivas (Arruti, 1997). É nesse grupo que me reconheço, pois minha trajetória tem sido marcada pelo esforço de reconexão com minhas raízes, pela busca da identidade negada e pela luta por visibilidade e pertencimento. Portanto, compreender as implicações históricas e socioculturais desse processo é essencial para reconhecer as experiências de indígenas e descendentes indígenas que vivem em contextos urbanos. O resgate identitário, nesse sentido, não é apenas um processo pessoal, mas também coletivo e político, na medida em que desafia a invisibilização histórica e reivindica espaços de reconhecimento e pertencimento.

Com efeito, cabe pontuar a distinção entre “descendentes” e “remanescentes” indígenas, termos que se inserem em um debate mais amplo sobre identidade, etnicidade e



os processos históricos de reconhecimento dos povos originários no Brasil. A categoria "remanescentes indígenas", conforme discutida por Arruti (1997), emerge na década de 1930, inicialmente vinculada ao folclorismo e a uma perspectiva que via determinados grupos indígenas do Nordeste como sociedades em vias de desaparecimento devido à interação com a sociedade urbana. Todavia, com as mudanças nos paradigmas de estudo e atuação indigenista a partir da década de 1970, essa concepção passou a ser ressignificada, especialmente no contexto das "emergências étnicas". Sobre isso Arruti (2001, p.218) diz que "os remanescentes indígenas saíram na frente, tornando-se especialmente visíveis depois da expansão das emergências indígenas da década de 1970, particularmente no Nordeste, onde elas eram mais surpreendentes."

Observar e reconstruir a História do Tempo Presente permite compreender como remanescentes indígenas enfrentam essa herança colonial na atualidade. Dornelles (2018) argumenta que o deslocamento forçado de populações indígenas para centros urbanos não resultou em sua dissolução identitária, mas sim na criação de novas formas de resistência e pertencimento. A emergência indígena também está ligada ao conceito de "indígenas desaldeados", que são aqueles que, por diferentes razões – deslocamentos forçados, violência, urbanização – não vivem mais em terras indígenas demarcadas, mas que mantêm laços culturais e identitários com suas origens ancestrais (Arruti, 1997). A reapropriação dessa identidade ocorre tanto no nível individual, por meio do reconhecimento da ancestralidade, quanto no coletivo, através da mobilização política e social.

Além disso, essa emergência desafia a lógica colonial que define a identidade indígena exclusivamente pelo território ou pela manutenção de costumes tradicionais inalterados. Como argumenta a educadora Ayra Tupinambá e o historiador Casé Angatu (2024), ser indígena na contemporaneidade não significa estar preso a uma noção estática de cultura, mas sim assumir uma identidade dinâmica e em constante negociação com a sociedade envolvente. Isso explica por que muitos indígenas urbanos e remanescentes de povos considerados extintos vem se reafirmando como indígenas, fortalecendo suas redes de pertencimento e visibilizando suas demandas. Sobre isso os autores argumentam que

Assinalar que os indígenas hoje devem ser iguais aos que vivam no século XVI é uma aberração conceitual por negar essa dinâmica sociocultural. Mas acima de tudo é uma compreensão etnocida por negar o direito ancestral às terras como faz a proposta do marco temporal (Tupinambá; Angatu, 2024, p.51).



Somado a isso, autores indígenas, como Krenak (2019) e Terena (2022), enfatizam que a identidade dos povos originários não pode ser reduzida a critérios biológicos ou genealógicos, mas deve ser compreendida dentro de processos históricos e culturais dinâmicos. Para Krenak (2019), a identidade indígena está profundamente conectada com o modo de vida, o pertencimento territorial e as cosmologias próprias de cada povo. Terena (2022), por sua vez, destaca o papel da luta política no reconhecimento dos povos originários, ressaltando que a emergência étnica e a autodeclaração têm sido instrumentos essenciais para a reconquista de direitos historicamente negados. E foi sobre essas premissas que fui buscar as trajetórias dos meus bisavós e avós chegando a um acervo de imagens e documentos guardados em família, que me permitiu uma interação, pautada na oralidade e de comprovação da nossa ascendência. Num processo de (auto) reconhecimento extremamente afetivo e de devolução para minha família de uma parte de nossa história. Portanto, a emergência indígena é um fenômeno complexo que envolve memória, identidade e luta por direitos. Ele revela a resistência dos povos originários frente à colonização e às políticas de apagamento histórico, demonstrando que a identidade indígena não é algo fixo, mas sim um processo vivo e em constante reconstrução.

Nas diversas conversas com o Cacique Cícero, do povo Fulni-ô, fui compreendendo a importância da minha autodeclaração, permitindo que ela saia do âmbito íntimo e afetivo, e se descubra politicamente potente e necessária. Especialmente pela posição já ocupada de pesquisadora e docente de uma universidade pública federal, no nordeste brasileiro. Ouvir as histórias e narrativas do Cacique foi voltar a infância e entender que na oralidade e nas narrativas mais simplórias, especialmente narradas pelo meu querido Tio-avô Barreto, residia nossa ancestralidade e cultura. Foi uma emoção ímpar entender que tantas histórias e brincadeiras foram forjadas em nossa cultura Fulni-ô.

Dessa forma, o conceito de emergência étnica descrita por Arruti (1997) é um fenômeno central para compreender as transformações nas fronteiras étnicas e nos arranjos políticos internos das comunidades indígenas. Cabe ressaltar que o reconhecimento como "remanescentes indígenas" permitiu a diversas comunidades reafirmarem suas tradições, consolidarem direitos territoriais e fortalecerem organizações políticas.

Dessa forma, a diferença entre descendente e remanescente indígena transcende a linhagem biológica e adentra o campo da política identitária e do reconhecimento social.



Como afirmam Krenak (2019) e Terena (2022), ser indígena é mais do que herança genética: é pertencimento, luta e existência em relação com o território e a ancestralidade. É desta perspectiva que parti, neste resgate pessoal, mas também coletivo no meu âmbito da docência em publicidade e propaganda.

3 O ENSINO NA PUBLICIDADE E A VISIBILIDADE INDÍGENA

3.1 Metodologia Ativa: o uso da mídia tática na Docência em Publicidade e Propaganda

O modelo tradicional de ensino, possui forte ênfase tecnicista (Rossi, 2020), em contrapartida a esse modelo, Segura e Khalil (2015) defendem um modelo de ensino fundamentado em metodologias ativas, que prioriza a formação mais ampla do corpo discente, visando a construção de uma cidadã/cidadão ética/o e plural. Para o autor e a autora, as metodologias ativas consistem em processos interativos de conhecimento, análise, estudo, pesquisa e tomada de decisões, tanto individuais quanto coletivas, com o objetivo de solucionar problemas, analisar casos ou no desenvolvimento e execução de projetos.

Nessa perspectiva, o papel do docente se fomenta na facilitação e/ou orientação, incentivando a/o discente a pesquisar, refletir e decidir autonomamente. Essa abordagem estimula a autoaprendizagem e facilita a educação continuada, ao despertar a curiosidade de quem aprende. As ferramentas ativas de ensino são aplicáveis em diversas disciplinas e a graus de formação (Rossi, 2020).

Um dos métodos de uso da metodologia ativa se baseia na Aprendizagem Baseada em Projetos - ABP (Garrazone 2021, p.88), que “tem a situação-problema como elemento primordial motivador do estudo e integrador do conhecimento. [...] no qual o aluno constrói seu aprendizado por meio da solução de problema, de forma colaborativa e interdisciplinar.” E ajuda a promover o desenvolvimento de liderança, comunicação, argumentação textual, autogestão, autoavaliação e trabalho em equipe, entre outros aspectos. No ensino das ciências sociais aplicadas esses aspectos são fundamentais, visto o caráter amplo de interação destas ciências na vida prática social. A adoção da ABP como modelo de aprendizagem emerge com a evolução dos modelos cognitivos e comportamentais de aprendizagem, que enfatizam a



relação entre conhecimento, pensamento, ação e contexto (Garrazone, 2021). Isso se torna particularmente relevante diante da necessidade dos alunos de aplicar ativamente seus conhecimentos na busca por soluções para os problemas que se apresentam. Dessa forma, busquei apresentar como situação problema a proposta “Como dar visibilidade e contar a história de personagens indígenas urbanos na contemporaneidade?” e propus como modelo inicial do trabalho o uso da mídia tática como estratégia. Cabe ressaltar que essa proposta surge numa disciplina que trata da ética e da legislação publicitária, como componente obrigatório do curso. E visa, além de ensinar as leis e regras do mercado, oportunizar um debate sobre ética e direitos humanos nas práticas do mercado.

Nesse sentido, a comunicação social, especialmente no campo da publicidade, tem historicamente reproduzido estereótipos e narrativas excludentes, reforçando desigualdades de gênero, classe e raça (Moreno 2022, Carneiro, 2023). Todavia, com a disseminação de ferramentas independentes e digitais acessíveis e a ampliação do debate sobre comunicação e direitos humanos (Barreto Januário; Dantas, 2018), novas abordagens têm surgido para subverter essa lógica. Entre essas abordagens está a mídia tática, um conceito que se insere na prática do ativismo e nas possibilidades criativas de produção de conteúdo para fins políticos e sociais.

A mídia tática pode ser compreendida como um conjunto de estratégias comunicacionais que desafiam a hegemonia da mídia tradicional. Segundo Garcia e Lovink (1997), ela emerge como uma resposta às limitações da imprensa alternativa, ao permitir que grupos marginalizados e ativistas utilizem tecnologias de comunicação para subverter discursos dominantes. Diferente da mídia convencional, a mídia tática se caracteriza por sua fluidez, inventividade e por sua atuação descentralizada (Clinio, 2012). O Next Five Minutes (N5M), evento que ocorreu em Amsterdã nos anos 1990, ajudou a consolidar o conceito de mídia tática ao enfatizar a importância do uso criativo da comunicação como ferramenta de resistência e expressão política⁴. Diferentemente da imprensa tradicional, que busca a imparcialidade, a mídia tática se assume como parte do processo político, engajando-se diretamente nas causas que aborda (Garcia; Lovinik, 1997).

Essas práticas de mídia são fundamentadas na filosofia do “faça-você-mesmo” (DIY – *do it yourself*), priorizando a criatividade em detrimento de uma especialização técnica formal

⁴ Mais informações: Disponível em: <http://www.tacticalmediafiles.net/n5m2/> acesso em 12 dez 2023



(Clinio, 2012). Além disso, atuam no campo simbólico, apropriando-se e ressignificando sentidos por meio de intervenções momentâneas e desconstrução de significados. Os coletivos que utilizam a mídia tática buscam recuperar o controle sobre a produção comunicacional e fortalecer a liberdade de expressão no ambiente analógico e/ou digital.

A oportunidade de fomentar práticas legislativas e comunicacionais voltadas para debates mais amplos e humanísticos, afastadas da lógica exclusivamente mercadológica, representou uma nova perspectiva em relação ao que eu, enquanto publicitária de formação, havia aprendido durante a graduação. Refletir sobre ética e legislação abriu um campo amplo de possibilidades para compreender as interseções entre direito, comunicação e justiça social, tanto no ambiente digital quanto fora dele. Passei a questionar a estrutura normativa da comunicação, suas relações com os direitos humanos e sua interação com o ativismo, ao mesmo tempo em que me aproximei das epistemologias feministas (Sardenberg, 2004) e saberes situados (Haraway, 1995), das metodologias ativas e das abordagens críticas no campo dos direitos humanos.

Portanto, destaco que parto de uma escrita deste relato e da construção de práticas docentes centradas no campo das epistemologias feministas e da oralidade ancestral, ao me entender como uma mulher e pesquisadora feminista. Em diálogo com o pensamento de Haraway (1995), questionamos os pressupostos positivistas e a noção de uma ciência que se pretende universal e detentora da verdade absoluta. Na perspectiva da epistemologia feminista, a legitimidade do conhecimento reside em seu caráter situado e parcial. Defendo, portanto, a produção de conhecimento científico e as práticas pedagógicas que reconhecem seu posicionamento político e, por isso, assumem sua parcialidade de maneira consciente e crítica. Como alternativa epistemológica e metodológica, Haraway (1995, p.18) propõe a objetividade corporificada, argumentando que uma “objetividade feminista [que] significa, simplesmente, saberes localizados”. Essa abordagem enfatiza que todo conhecimento é construído a partir de perspectivas específicas e que a neutralidade absoluta é uma ilusão, reforçando a necessidade de reconhecer e valorizar os contextos nos quais a ciência e a educação são produzidas.

Esse saber epistêmico encontra enorme diálogo com as epistemologias indígenas que, segundo Virgínia de Holanda et. al (2016, p.3), falam da “[...] diversidade epistemológica do mundo, representada pelas epistemologias do sul, encontra expressão nos saberes expressos



na ancestralidade indígena, manifestando saberes horizontais, apresentando pensamentos alternativos para a decolonização do conhecimento.” As autoras complementam ainda que, segundo Taís Põcuhtô *et al.* (2017), esses conhecimentos estão e são transmitidos pelas pessoas mais velhas da comunidade, nas histórias contadas pelos anciãos.

A partir dessas reflexões sobre normas, poder e práticas comunicacionais, como dito, decidi desenvolver uma metodologia de ensino baseada na participação ativa dos estudantes, utilizando rodas de diálogo, oficinas de mídia tática e temáticas. Na componente Ética e Legislação Publicitária, busquei incorporar um olhar crítico sobre a regulação da comunicação, analisando seus impactos sobre grupos historicamente marginalizados. Assim, estruturei atividades que incentivem o corpo discente a reconhecer em sua própria vivência as implicações éticas e legais da mídia e da publicidade. Afinal, entendo que temas como direitos humanos, diversidade e regulação midiática atravessam todas as relações sociais.

Importa ressaltar que ao promover reflexões sobre o campo da publicidade, é relevante lembrar que a indústria publicitária é amplamente reconhecida pelo uso de estereótipos e representações reducionistas, que acabam reforçando e legitimando visões preconceituosas sobre grupos sociais historicamente marginalizados (Barreto Januário, 2022). Considerando que o espaço publicitário opera dentro de limitações temporais e espaciais para comunicar suas mensagens, suas estratégias frequentemente se apoiam em construções hegemônicas e padronizadas de representação, deixando de lado abordagens mais plurais e diversificadas (Moreno, 2022). No ensino superior de publicidade, a formação acadêmica tem sido tradicionalmente centrada nas teorias da comunicação, no comportamento do consumidor e nas dinâmicas do mercado publicitário (Zucco; Ferreira, 2019). Como resultado, os cursos de publicidade são fortemente moldados pela lógica de mercado, estruturando-se para atender às exigências empresariais predominantes e, assim, perpetuando práticas publicitárias que reforçam discursos excludentes e pouco inovadores (Zucco; Ferreira, 2019; Barreto Januário, 2024).

No contexto contemporâneo, a construção de significados sociais e culturais está cada vez mais mediada pelas mídias, conferindo aos meios de comunicação um papel central na mediação entre os indivíduos e a cultura. Esse processo implica na legitimação e modificação de interações sociais, consolidando a mídia como um relevante dispositivo pedagógico (Fisher, 2002). Rose Fisher (2002) introduz a noção de um “dispositivo



pedagógico da mídia”, argumentando que diversos formatos midiáticos – como televisão, revistas e jornais – extrapolam sua função informativa e se tornam agentes ativos na produção de conhecimento. Para a autora, essas instâncias não apenas disseminam conteúdos, mas também desempenham um papel essencial na formação de subjetividades e na construção de saberes.

Dessa forma, o ensino da legislação na comunicação passou a assumir um caráter além do normativo, enfatizando também seu aspecto reflexivo e expressivo. As aulas combinaram debates sobre legislação e direitos fundamentais com práticas interativas que envolviam a análise crítica de casos, produção de materiais reflexivos e discussões sobre dilemas éticos na publicidade. Entre as estratégias adotadas, exploramos estudos de caso, simulações de julgamento do Conar⁵, produção de pareceres e oficinas de mídia tática numa lógica publicitária sob a perspectiva dos direitos humanos, como são os casos de stencil⁶, grafite⁷ e fanzines - que explicaremos melhor à frente. No presente estudo nos focaremos na oficina que debateu raça e etnia, com o uso estratégico dos fanzines.

Se por um lado, a abordagem tradicional da comunicação e da publicidade durante a graduação tendia a reforçar uma lógica centrada no mercado e no consumo, sem aprofundar o compromisso social, por outro, integrar a ética e a legislação ao ensino crítico da comunicação mostrou-se uma alternativa potente para questionar e transformar as práticas profissionais. Inserir debates sobre regulação midiática, discursos discriminatórios e responsabilidade social no ensino de publicidade não apenas amplia a formação dos estudantes, mas também permite que eles compreendam seu papel na construção de uma comunicação mais equitativa e ética.

Mais do que estimular um olhar crítico sobre as normas que regulam a mídia, a proposta de ensino buscou fortalecer a formação de comunicadores/as capazes de

⁵ O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada em 1978 no Brasil com o objetivo de regulamentar e fiscalizar a ética na publicidade. Ele não tem poder legal, mas atua por meio de um código de autorregulamentação adotado voluntariamente pelo setor publicitário.

⁶ Stencil é uma técnica de arte e impressão que utiliza moldes vazados para criar imagens ou padrões ao aplicar tinta ou spray. Essa prática é comum na arte urbana, design gráfico e campanhas de ativismo, permitindo a reprodução rápida e precisa de imagens.

⁷ Grafite é uma forma de arte urbana que utiliza tinta, spray ou outros materiais para criar imagens ou mensagens em superfícies públicas. Muitas vezes, é usado como meio de expressão artística ou ativismo social, desafiando normas e trazendo uma estética de rua.

compreender a legislação não como um entrave, mas como um instrumento para a promoção da justiça social. Além das questões de raça e etnia, ampliamos o debate para incluir temas como gênero, classe, descolonialidade e diversidade, compreendendo-os como elementos centrais para uma publicidade mais ética e comprometida com os direitos humanos. Assim, pretendo contribuir para a formação de profissionais capazes de utilizar seus conhecimentos técnicos na comunicação para subverter desigualdades e promover uma mídia mais democrática e plural.

3.2 Fanzine como ferramenta de reflexão sobre indígenas na urbanidade

Cabe iniciar este tópico conceituando os fanzines, como um tipo de mídia táctica. Compreendidos como publicações independentes, criadas e distribuídas de maneira artesanal, que têm sido historicamente utilizadas em diversos movimentos sociais e ativistas para a veiculação de ideias, reivindicações políticas e culturais. Caracterizados por seu formato informal e autoral, os fanzines surgem como uma ferramenta de resistência contra as mídias hegemônicas, permitindo a expressão de narrativas alternativas e a construção de um espaço de comunicação independente (Zauith; Davanço, 2019). O termo "fanzine" provém da junção das palavras "fan" (fã) e "magazine" (revista), e seu uso se tornou popular especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando movimentos contra-culturais, como o punk, passaram a utilizá-los para difundir suas ideias e reflexões (Vetromila, 2020).

O conceito de fanzine está intimamente ligado à prática da mídia de táctica, do "faça você mesmo" (DIY), desde a criação e distribuição de conteúdo sem intermediários, o que propicia um espaço para a autonomia na produção de mídia (Vetromila, 2020). Segundo Jenkins (2006), esse modelo de produção e distribuição alternativa proporciona uma forma de resistência ao controle de mídia exercido por grandes corporações, possibilitando a criação de discursos que muitas vezes são marginalizados ou silenciados. Dessa forma, os fanzines se tornam uma plataforma para as vozes de grupos sociais e políticos que buscam promover mudanças e questionar a ordem estabelecida, além de possibilitar a formação de uma rede de solidariedade entre os envolvidos no processo de produção e disseminação desses materiais (Barreto Januário; Dantas, 2018).

Em relação ao ativismo, os fanzines têm sido usados como uma ferramenta estratégica para sensibilizar o público sobre questões sociais e políticas, oferecendo uma forma de engajamento direta e informal com o leitor (Cardoso, 2004; Vetromila, 2020). A



flexibilidade e baixo custo de produção dos “Zines” o tornam uma ferramenta acessível para divulgação de informações e de causas dos movimentos sociais que desejam, especialmente em contextos de censura ou repressão. Nos movimentos feministas, por exemplo, os fanzines têm desempenhado um papel importante na disseminação de ideologias de resistência ao patriarcado e nas discussões sobre gênero, sexualidade e identidade (Cardoso, 2004). Essa característica de "fazer circular" ideias e críticas sociais em uma forma compacta e de fácil distribuição permite que os fanzines operem como um elo entre os ativistas e a sociedade, criando um canal de comunicação direto e horizontal (Vetromila, 2020).

No ensino de publicidade, os fanzines podem ser utilizados como uma ferramenta pedagógica valiosa para explorar questões de criatividade, independência editorial e crítica à mídia tradicional (Barreto Januário; Dantas, 2018). A utilização de fanzines no ensino de publicidade me permitiu refletir junto com as/os estudantes sobre as práticas convencionais da comunicação e do marketing, além de estimulá-los a questionar os padrões estéticos e ideológicos dominantes na indústria publicitária. Ao desenvolver fanzines, o corpo discente teve a oportunidade de explorar a produção de mídia de forma autônoma, promovendo a criatividade e a experimentação, ao mesmo tempo em que aprofundam sua compreensão sobre as questões sociais e culturais que permeiam a publicidade e o consumo (Santos, 2021).

Nesse sentido, os fanzines proporcionaram um espaço para a crítica reflexiva sobre as práticas publicitárias hegemônicas e a representação de minorias nas campanhas publicitárias. Ao criar seus próprios materiais, os estudantes puderam abordar temas como raça, gênero, etnia e outras questões sociais, aplicando os conceitos de marketing e comunicação de forma crítica e consciente. Dessa forma, o fazer publicitário através do uso de mídias táticas, proporcionou uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem para refletir sobre raça, etnia e suas interseccionalidades (Collins; Bilge, 2021), oferecendo uma abordagem distinta para discutir e compreender as complexas relações sociais e culturais que envolvem esses temas.

Na aula que antecedeu a prática de oficina, solicitei que as/os estudantes se dividissem em grupos de 4 à 5 pessoas, formando 8 grupos, e pedi que trouxessem na semana seguinte revistas velhas, cartolinas, canetas coloridas, materiais artesanais, glitter, tesoura, cola e tinta. Cabe ressaltar, que não foi explicada qual seria a atividade, apenas receberam uma única instrução prévia: deveriam escolher uma personalidade indígena urbana



e trazer imagens dessa pessoa em diferentes tamanhos. Nenhuma restrição de campo de saber ou prática foi imposta, apenas a oportunidade de explorar figuras indígenas que transitam por espaços diversos da sociedade contemporânea.

Com esse direcionamento, as/os estudantes selecionaram nomes como Daiara Tukano, Xamã, Txai Suruí, Alex Poatan, Katu Mirim, Kaê Guajajara e Bitate Uru-Eu-Wau-Wau. Ao chegarem com suas imagens, os questionamentos surgiram: “O que vamos fazer com isso tudo?”. Foi então que revelamos a proposta: a criação de fanzines para narrar e visibilizar as trajetórias dessas personalidades, ressignificando materiais do cotidiano e utilizando a estética do faça-você-mesmo (DIY) como ferramenta de expressão política e cultural.

Cabe apresentar brevemente as pessoas indígenas selecionadas: 1. Daiara Tukano: Artista, ativista e comunicadora, Daiara é uma das vozes mais influentes na luta pelos direitos indígenas, utilizando a arte e a escrita como ferramentas de resistência. Seu trabalho transita entre pintura, muralismo e ilustrações que retratam a cosmologia Tukano e as narrativas de seu povo. Além disso, atua como pesquisadora dos direitos indígenas e da liberdade de expressão; 2. Xamã: Rapper e compositor, Xamã (Jason Fernandes) tem raízes indígenas e usa sua música para abordar temas sociais, urbanos e identitários. Com letras que falam sobre desigualdade, amor e superação, ele se tornou uma referência no cenário do rap brasileiro, contribuindo para o reconhecimento das múltiplas identidades indígenas na cultura contemporânea; 3. Txai Suruí: Ativista climática e defensora dos povos indígenas, Txai ganhou notoriedade internacional ao discursar na COP26, alertando para os impactos da destruição ambiental e a importância da preservação da Amazônia. Filha de Almir Suruí, um dos principais líderes indígenas do Brasil, Txai lidera projetos voltados para a proteção dos territórios indígenas e a sustentabilidade; 4. Alex Poatan: Lutador de MMA e ex-campeão do UFC, Alex Pereira, conhecido como "Poatan", carrega sua ancestralidade Pataxó em sua trajetória no esporte. Sua presença no MMA internacional fortalece a visibilidade indígena em contextos pouco associados às suas culturas tradicionais, rompendo estereótipos e mostrando a diversidade das experiências indígenas na sociedade. 5. Katu Mirim: Cantora, rapper e ativista, se destaca na cena musical ao incorporar referências indígenas em sua arte, além de levantar debates sobre racismo, identidade de gênero e pertencimento. Ela utiliza sua música como meio de denúncia e afirmação cultural, trazendo ao rap nacional uma nova perspectiva sobre a resistência indígena nas cidades; 6. Kaê Guajajara: Cantora, compositora



e ativista, Kaê Guajajara é uma das principais representantes da música indígena contemporânea. Seu trabalho une tradição e modernidade, misturando ritmos urbanos com referências culturais de seu povo. Além da música, atua em projetos sociais e culturais que buscam valorizar a arte indígena e fortalecer o orgulho identitário das novas gerações; 7. Bitate Uru-Eu-Wau-Wau: Jovem liderança indígena, Bitate é coordenador da Associação dos Povos Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e defensor dos direitos de seu povo na Amazônia. Ele se tornou um dos protagonistas do documentário "O Território", que denuncia as invasões ilegais e a luta pela preservação ambiental. Sua atuação política demonstra a crescente participação dos jovens indígenas na defesa de seus territórios.

Cabe registrar ainda que um dos grupos não entendeu bem a atividade e acabou trazendo um material sobre representações indígenas na mídia, como a personagem Tainá, do filme brasileiro "Tainá – Uma Aventura na Amazônia", que acompanha uma jovem indígena na defesa da floresta contra caçadores ilegais, promovendo valores de preservação ambiental e respeito às culturas indígenas. E a animação dos estúdios Disney, Pocahontas, que retrata a relação entre uma jovem indígena Powhatan e os colonizadores ingleses, abordando o choque cultural e a exploração da natureza, embora com uma visão romantizada da história real. A atividade trouxe igualmente debates interessantes ao escopo da aula, oportunizando pensar em como a mídia representa essas populações.

Antes do início da feitura dos fanzines convidei os estudantes para uma roda de conversa, as/os convidando a refletir sobre a construção social dessas categorias e suas implicações na sociedade contemporânea. O debate iniciou-se com uma abordagem teórica, explorando conceitos como racialização, identidade étnica e interseccionalidade, fundamentados em autores como Kabengele Munanga (2019), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2023), José Maurício Arruti (1997) e Ayra Tupinambá e Casé Angatu (2024). Através da análise crítica de representações midiáticas e históricas, as/os alunas/os puderam compreender como estereótipos raciais são perpetuados e naturalizados, impactando oportunidades e experiências sociais de diferentes grupos (Moreno, 2022). Refletimos também sobre o conceito de interseccionalidade visando explicar como diferentes sistemas de opressão — como racismo, sexismo, classismo e outras formas de discriminação — se cruzam e produzem experiências únicas de marginalização (Crenshaw, 2012; Collin; Bilge, 2021). Crenshaw (2012) demonstrou que as mulheres negras, por exemplo, enfrentam desafios que não podem ser compreendidos apenas pelo viés do racismo ou do sexismo



isoladamente, pois essas opressões se entrelaçam e criam desigualdades específicas.

A princípio, alguns estudantes estranharam a ideia de construir um material artesanal em um contexto acadêmico e publicitário. Todavia, à medida que manipularam os materiais e se apropriaram da linguagem visual do fanzine — colagens, textos curtos, sobreposições de imagens e intervenções gráficas —, começaram a perceber o potencial dessa mídia alternativa para contar histórias de resistência e protagonismo social e indígena. As produções misturavam conquistas e produções artísticas, bem como ativismos das personalidades selecionadas, frases de impacto, grafismos inspirados em pinturas corporais e até trechos de letras de músicas e discursos (Imagem 1).

Imagem 1⁸ - Produção de fanzines na componente ética e legislação publicitária 2024.2



Fonte: acervo pessoal

A apresentação foi realizada através do método de contação de histórias, compreendendo que o uso dessa metodologia em sala de aula ajuda na integração de arte, estética, narrativa e identidade criativa, estimulando a oralidade e o pensar. Esse recurso aprimora o ensino ao despertar a atenção dos estudantes, promovendo novas compreensões, reflexão e construção de significados para sua formação profissional (Barros, et. al, 2024). Segundo Mirella Barros et. al. (2024) a formação conduzida pela contação de histórias visa estimular nos estudantes a percepção e a interpretação de suas próprias experiências, bem como a compreensão de realidades plurais em distintos contextos contemporâneos. Somado a isso, o compartilhamento de narrativas e vivências em grupo favoreceu reflexões sobre suas

⁸ A imagem teve o rosto das discentes desfocado visando preservar o anonimato, mesmo que seu uso tenha sido permitido mediante a autorização do uso de imagens das estudantes retratadas.

formas de ser, sentir, criar e imaginar.

Além de trabalhar habilidades criativas e comunicacionais, a atividade proporcionou um debate intenso sobre o sentido de “emergência indígena” (Arruti, 1997) e a desconstrução da visão estereotipada que limita a identidade indígena ao espaço rural, de floresta ou às suas comunidades originárias numa estética e representação cultural limitada. Ao conhecerem a diversidade de atuações dessas personalidades, que transitam pela arte, pela música, pelo ativismo, pelo esporte e pela política, as/os estudantes foram oportunizados a ampliar seus olhares sobre as múltiplas existências indígenas na contemporaneidade. A cada história contada, emergiram reflexões sobre o papel da comunicação na visibilidade dos povos indígenas, as disputas de narrativas na mídia e a necessidade de espaços que rompam com estereótipos e promovam vozes plurais. Os fanzines produzidos foram expostos para todos os alunos do curso e contam com um planejamento de exposição nos corredores do departamento, permitindo que outros estudantes também entrem em contato com essas histórias (Imagem 2).

Imagem 2 - Fanzines produzidos pelas/pelos discentes



Fonte. Acervo pessoal

A experiência revelou que a comunicação, para além do discurso acadêmico tradicional, pode ser vivenciada na experimentação prática e sensorial. O fanzine, nesse contexto, tornou-se uma tecnologia pedagógica e política, capaz de desafiar imaginários cristalizados e abrir espaço para novas formas de conhecimento. A atividade ultrapassou os limites da sala junto a proposta de uma das alunas, que todas e todos presentes passassem a seguir nas redes sociais digitais os trabalhos destas personalidades, visando não só o engajamento de suas publicações mas também a ampliação do olhar do corpo discente sobre

a participação dessas pessoas na sociedade. Outro ponto destacado foi a pluralidade de fazeres, práticas e campos de saber destas pessoas, desde lutadores de MMA, cineastas e ativistas, ficou evidente o papel estereotipado sob a figura da identidade indígena, visto os relatos de surpresa do corpo discente sobre a variedade de campos e práxis variadas.

Após o debate e a apresentação dos trabalhos, algumas percepções recorrentes emergiram entre as/os alunas/os, evidenciando o impacto da atividade na desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas. Muitos relataram o “confronto com seu repertório prévio”, reconhecendo que antes tinham uma visão limitada e estereotipada, frequentemente associada a imagens fixas de indígenas usando trajes tradicionais ou vivendo isolados na floresta. O contato com personalidades indígenas contemporâneas foi, nas palavras de um discente, “um ponto de virada”, permitindo-lhes enxergar a diversidade que compõem essas identidades.

Uma “reavaliação de estereótipos” também foi um aspecto marcante nas apresentações. Uma das alunas destacou que, ao pesquisar figuras indígenas urbanas para a produção do fanzine, percebeu o quanto sua visão anterior era influenciada por uma narrativa restritiva, construída pela mídia e pela educação escolar prévia. Esse processo a levou a refletir sobre a necessidade de uma abordagem mais plural e inclusiva. Além disso, houve uma reflexão sobre a representatividade indígena na mídia e na cultura pop. As/Os alunas/os notaram lacunas significativas na presença de indígenas nesses espaços e passaram a compreender melhor a importância de valorizar suas vozes e narrativas.

Outro ponto a destacar, foi a “redefinição do conceito de identidade indígena”. O corpo discente relatou que compreendeu que ser indígena não se restringe a um modo de vida específico ou a um território rural ou de floresta. E alegaram que passaram a reconhecer a existência de indígenas urbanos, atuando ativamente em diversas áreas, ressignificando suas identidades e lutando por direitos.

Dessa forma, a experiência demonstrou como a comunicação e a produção midiática podem ser ferramentas potentes na desconstrução de estereótipos que, muitas vezes, a própria mídia forja e legitima. E ainda, foi possível observar a ampliação de repertórios sobre raça, etnia e suas interseccionalidades. Ao reconhecer a diversidade de saberes e atuações dessas personalidades, os estudantes puderam questionar narrativas hegemônicas e construir novas formas de percepção sobre os povos indígenas, suas práticas e seus lugares na



sociedade contemporânea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência individual, todavia forjado numa práxis coletiva, buscou compartilhar a jornada de retomada e redescoberta das minhas origens indígenas, marcada pela dualidade entre a conexão ancestral e a identidade urbana. A oralidade, tradição fundamental do povo Fulni-ô e da maioria dos povos originários, bem como os afetos familiares se mostraram pilares essenciais nesse processo de reconhecimento e pertencimento. A trajetória narrada revela como a construção da identidade indígena pode ser complexa e atravessada por lacunas, especialmente em contextos urbanos onde a conexão com as raízes pode ser diluída, corroborando com uma abordagem prática que exemplifica uma reescrita da história do tempo presente (Ferreira, 2002). As interações sociais e a percepção da alteridade desempenharam um papel crucial na minha autocompreensão enquanto parte de um grupo cultural específico.

Foi possível observar o impacto da oralidade e da contação de histórias na transmissão de informações e na conexão com as/os alunas/os, ecoando a tradição Fulni-ô como um poderoso instrumento de aprendizado e fortalecimento da identidade. A abertura ao diálogo e a valorização das diferentes perspectivas contribuíram para um ambiente de respeito e reconhecimento, onde a história e a cultura indígena puderam ser exploradas de maneira sensível e engajada, buscando promover outras pedagogias midiáticas (Fisher, 2002).

A experiência em sala de aula reforça a importância de incorporar a temática indígena no currículo acadêmico, não apenas como conteúdo informativo, mas como uma oportunidade de promover a escuta, a empatia e o respeito à pluralidade de vozes e representações que compõem a sociedade brasileira. E também do (re)conhecimento destas pluralidades identitárias, num processo efetivo de reconhecer as emergências indígenas (Arruti, 1997), através do compartilhamento de histórias, descoberta de novas subjetividades e da reflexão crítica. Dessa forma, é possível construir uma publicidade mais inclusiva no âmbito da representação, mesmo com todas as críticas ao sistema neoliberal do qual a área se serve e fundamenta (Barreto Januário, 2022). O debate em torno da diversidade étnico-racial precisa ser celebrado e valorizado em sua totalidade.



A implementação de uma abordagem pedagógica que integra a experiência e a perspectiva indígena pode influenciar significativamente a percepção e a capacidade dos estudantes de Publicidade e Propaganda em representar os povos indígenas de forma mais autêntica e desconstruir estereótipos em seu futuro exercício profissional. Ao entrarem em contato direto com narrativas e perspectivas de diferentes povos, foi oportunizado às/aos estudantes o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e matizada das culturas, histórias, cosmovisões e desafios contemporâneos enfrentados por esses povos, transcendendo a visão superficial e muitas vezes estereotipada veiculada pela mídia tradicional, o que pode levar a uma visão mais humana e menos objetificada desses grupos.

Por fim, é preciso incentivar em sala de aula e em pesquisas futuras um novo olhar para uma prática interdisciplinar, oportunizando construir e refletir mais sobre as histórias do tempo presente (Ferreira, 2002), buscando explorar como essas novas dinâmicas, no caso do presente relato, aplicadas no campo da comunicação e dos direitos humanos, podem impactar a formação das identidades e das subjetividades, bem como a possibilidade de uma publicidade mais ética e engajada na promoção da justiça social, mesmo sob a égide inexorável do lucro. É preciso contar a história sob novas bases.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, p. 7-38, 1997.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya Maria Bernardino Barreto. QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS NOS CURRÍCULOS BRASILEIROS: uma análise dos cursos de graduação em publicidade e propaganda. **Revista Teias**, v. 25, n. 76, p. 306-319, 2024.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya Maria Bernardino Barreto et al. Mídia e estudos de gênero: um relato de experiência no ensino de publicidade e propaganda. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 4, n. 6, p. 74-93, 2022.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya; DANTAS, Marisa. Metodologias feministas no ensino da comunicação: Um relato de experiência no curso de Publicidade e Propaganda. **INTERRITÓRIOS**, v. 4, n. 6, p. 59-74.



BARROS, Mirelly da Silva et al. Percepções de estudantes do ensino superior sobre um processo educativo mediado por contação de histórias. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e276324, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2005.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

CLINIO, Anne. A ação política no cotidiano: a mídia tática como conceito operacional para pesquisas em mídia, cotidiano e política. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 1, n. 1, p. 169-188, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Interseccionalidad, políticas identitarias y violencia contra las mujeres de color. In: **Intersecciones: Cuerpos y sexualidades en la encrucijada**. España: Editorial Bellaterra, 2012.

DORNELLES, Soraia Sales. A produção da invisibilidade indígena: sobre construção de dados demográficos, apropriação de terras e o apagamento de identidades indígenas na segunda metade do XIX a partir da experiência paulista. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 20, p. 62-80, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FISHER, Rose. O estatuto pedagógico da mídia. **Revista Comunicação & Educação**, v. 4, p. 25-40, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Ernani.; FUMAGALLI, Rita de Cássia. Ethos e estereótipos identitários: a representação do indígena em uma propaganda televisiva da rede de postos de combustíveis Ipiranga. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 250-273, 2018.

GARCIA, David; LOVINK, Geert. **O ABC da mídia tática**. Rizoma: intervenção. Disponível em: < <http://www.rizoma.net/interna>. Acesso: 02 ago 2020, php, 1997.

GARRAMONE, Flávia. Aprendizagem Baseada em Projeto. In: ZACOVICZ, ICB **Metodologias Ativas**. [SL]: Ducere Convicções Editora e Consultoria Educacional, p. 86-124, 2021.



GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

KAMBIWA, Avelin Buniacá. Pequeno guia antirracista indígena. In: NAKASHIMA-MAHLER, Henry; KUBEO, Raquel; TEDSHI, Lisandro; GOMES, Luana B. (org.). **Rios de Palavras: confluências ancestrais: saberes indígenas e educação**. São Paulo: Ocareté, 2024. p. 12-27.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

MORENO FERNANDES, Pablo. O racismo brasileiro a partir da Publicidade: um olhar sobre a representatividade em anúncios de revista. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 19, n. 54, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PÕCUHTÔ, Tais. *et al.* Pedagogias em movimento: Rumos Mehi para a educação escolar Krahô. In: LANDA, M. B. **Educação indígena e interculturalidade: Um debate epistemológico e político**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_educacao_indigena.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

POTIGUARA, Eva. Quanto custa a nossa identidade? In: NAKASHIMA-MAHLER, Henry; KUBEO, Raquel; TEDSHI, Lisandro; GOMES, Luana B. (org.). **Rios de Palavras: confluências ancestrais: saberes indígenas e educação**. São Paulo: Ocareté, 2024. p. 135-140.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.

ROSSI, Gabriel Barbosa. O conhecimento dinâmico e a metodologia ativa. **Revista Franciscana de Educação**, v. 3, n. 3, p. 57-59, 2020.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Universidade Federal da Bahia, vol.8. Coleção Bahianas, Salvador: REDOR, 2002.



SANTOS, Virgínia Rosa Vieira dos. O uso de metodologias ativas como alternativa no ensino de ciências em tempos de pandemia: experiência com fanzine. 2021.

SEGURA, Eduardo; KALHIL, Josefina Barrera. A metodologia ativa como proposta para o ensino de ciências. **REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 3, n. 1, p. 87-98, 2015.

SILVA, E. Povos indígenas no nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 4, n. 07, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/163>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TERENA, Luiz Eloy. Povos indígenas e o judiciário no contexto pandêmico: a ADPF 709 proposta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Mórula Editorial**, 2022.

TUPINAMBÁ, Ayra; ANGATU, Casé. Flechas no arco da luta indigenista contracolonial pelos direitos ancestrais: reflexões para o ensino das Histórias/Culturas dos povos originários em contextos educacionais supostamente não indígenas. In: NAKASHIMA-MAHLER, Henry; KUBEO, Raquel; TEDSHI, Lisandro; GOMES, Luana B. (org.). **Rios de Palavras: confluências ancestrais: saberes indígenas e educação**. São Paulo: Ocareté, 2024. p. 42-65.

VETROMILA, Márcio de Moraes. **Cultura visual e produção em fã-arte**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

ZAUTH, Gabriella; DAVANÇO, Ângelo Rogério; BARBIERI, Marisa Ramos. Oficina de fanzine. **Comunicação & Educação**, v. 1, p. 56-68, 2019.

ZUCCO, Joslaine Dall'Agnol; FERREIRA, Arnaldo Telles. Mídia e direitos humanos: as representações sociais dos estudantes universitários sobre a diversidade de gênero na publicidade. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)**, p. e22059-e22059, 2019.

Recebido em: 31 de junho de 2025

Aprovado em: 30 de agosto de 2025

